

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 1997, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336, 14º. ANDAR - BELO HORIZONTE.

Aos dez dias do mês de abril de mil, novecentos e noventa e sete, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 15:03 horas, já com a existência de quórum, a Secretária Geral do Conselho, Carminha Bomtempo, dá início aos trabalhos anunciando a seguinte pauta: 1- Votação das propostas de ata das reuniões realizadas nos dias 13/02, 20/02 e 06/03/97; 2 - Informes; 3 - Saúde do Trabalhador; 4 - Eleições para gerentes de unidades de saúde; 5 - REFORSUS II. Carminha anuncia a presença da senhora Rosilda de Souza Queiróz, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde da cidade de São Luiz, no Maranhão. Anuncia também a presença de representantes da APLER (Associação dos Portadores de Lesões por Esforço Repetitivo) e também a presença de grande número de gerentes de unidades de Saúde. No 1º ponto da pauta, Carminha, pergunta se algum conselheiro irá apresentar retificação à ata do dia 13/02/97, informando que já foi retificado o erro de divergência sobre o caráter extraordinário da reunião entre o texto introdutório e a abertura do texto principal. Em não havendo outra retificação a ata foi aprovada por consenso do plenário. A ata do dia 20/02/97, foi aprovada por consenso, sem retificações. Antes da votação da ata do dia 06 de março, foi apresentada por escrito, pela conselheira Maria Josefina, proposta de retificação em que solicita a inclusão de informe que, segundo diz, foi passado por ela a respeito do Centro de Saúde Itamaraty. Sem mais retificações a ata do dia 06/03/97, foi aprovada por consenso do plenário. A seguir passou-se ao segundo ponto da pauta: Informes. Carminha passa os informes da mesa. Justificaram a ausência da presente reunião os conselheiros Heloísa, Luiz Moraes e Geraldo Mossem. Carminha, faz a leitura de denúncia encaminhada pela senhora Andreia Aparecida Alves da Cunha Soares, contra o gerente do Centro de Saúde Serra Verde. Informa sobre ofício do Distrito Sanitário de Venda Nova, em resposta à solicitação de que fossem apuradas denúncias de cobrança a pacientes atendidos pelo SUS em consultórios localizados no Santa Mônica. Carminha, passa informe sobre plenária dos Conselhos de Saúde que será realizada em Brasília/DF, no dia 16 de abril próximo. Esclarece que a proposta da mesa é de que os quatro representantes do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte nessa plenária, sejam escolhidos entre os conselheiros que participarão da caravana que estará em Brasília na mesma data para manifestação em defesa do SUS. A seguir informa que próxima reunião ordinária do Conselho deverá ocorrer na segunda quinta-feira (08/05) devido ao feriado do dia 1º de Maio. Na seqüência, abre para os informes do plenário. O conselheiro Eduardo Leal, passa informe sobre exposição do fotografo Sebastião Salgado, que ocorrerá em doze pontos de Belo Horizonte, dentre outras atividades que estão marcadas para este período culminando no dia 17/05 com

42 um mutirão para doação de sangue ao Hemominas. A conselheira Magaly, informa
43 sobre o II Encontro Nacional dos Aposentados promovido pela Associação dos
44 Servidores Aposentados da Previdência. Faz a leitura de um texto que, de forma irônica,
45 denuncia o tratamento dado aos idosos no Brasil. Propõe que a mesa diretora programe
46 um debate sobre a política nacional do idoso. O conselheiro Antônio Gomes, fala sobre
47 a reunião que foi feita pelos representantes de usuários no Conselho e comenta o
48 relatório da referida reunião distribuído aos conselheiros. O participante, Marcos,
49 funcionário do SUS, questiona a maneira como, na sua opinião, os trabalhadores de
50 saúde vêm sendo tratados pelos usuários da saúde, com agressões e desrespeito. A
51 conselheira Warlene, propõe que seja pautada uma discussão sobre as dificuldades de
52 atendimento de especialidade em Odontologia e cobra da Câmara Técnica de Controle e
53 Avaliação, resposta sobre documento enviado pela Câmara Técnica de Recursos
54 Humanos solicitando que fosse discutido o serviço de radiologia odontológica do PAM
55 Carijós. Fala de problemas de atraso nos resultados de exames de laboratórios e sobre
56 problemas na marcação de pequenas cirurgias, feita via Central de Marcação. Questiona
57 novamente a dificuldade de fluxo que prejudica os usuários. O conselheiro Paulo César,
58 passa informe sobre o ato do SOS-SUS, ocorrido no dia 07/04 em Belo Horizonte.
59 Informa também sobre o movimento nacional SOS-SUS, cuja coordenação, da qual
60 participa representando o Conselho Municipal de Saúde, reuniu-se em Brasília para
61 avaliar a mobilização. A conselheira Rosalina, pergunta sobre o relatório da caravana
62 que participou do ato no Rio de Janeiro no mês de fevereiro e sobre o encaminhamento
63 pelo prefeito Célio de Castro a Câmara de Vereadores do ante projeto de Lei sobre o
64 Conselho Municipal de Saúde. O conselheiro Alcides, informa sobre a formação da
65 Comissão Local de Saúde da Pompéia e comenta a importância dos conselhos locais e a
66 dificuldade de, em alguns locais, serem formados estes conselhos. Informa também
67 sobre atividades que ocorrerão no Alto Vera Cruz em solidariedade ao movimento dos
68 sem terra, para os quais convida os presentes. A conselheira Maria Josefina, fala de
69 denúncias sobre o Hospital Anchieta que serão encaminhadas ao Conselho. Informa
70 sobre plenária ocorrida na Pampulha, com a presença do prefeito e documento do
71 pessoal da saúde de que é portadora, para ser entregue ao Secretário Dr. Athos. O
72 conselheiro João Athayde, passa informes sobre a organização da caravana que irá a
73 Brasília e sobre a reunião dos representantes de usuários que, dentre outros temas,
74 discutiu a eleição de gerentes. Carminha, lê proposta escrita encaminhada à mesa de que
75 para a próxima reunião do Conselho, seja pautada a avaliação das atividades do
76 movimento SOS-SUS. A proposta é acatada pela mesa. Respondendo algumas questões
77 colocadas nos informes, Carminha, solicita que a Comissão encarregada de elaborar o
78 relatório sobre a viagem ao Rio de Janeiro o encaminhe a Mesa Diretora que
79 reproduzirá para os conselheiros conforme havia sido proposto. Informa que será
80 encaminhada nova cobrança ao gabinete do prefeito sobre o envio do ante projeto de Lei
81 do Conselho à Câmara Municipal. No ponto seguinte da pauta: Saúde do Trabalhador,
82 Carminha informa do trabalho desenvolvido pela Comissão criada no Conselho sobre o
83 assunto, que conta com a colaboração de técnicos que atuam na Coordenadoria de

84 Saúde do Trabalhador da Secretaria. A conselheira Sulimar Marques, faz um histórico
85 do que vem sendo implementado sobre Saúde do Trabalhador em cumprimento às
86 deliberações da V Conferência Municipal de Saúde. Informa a respeito dos pontos
87 considerados prioritários: CERSAT Barreiro, já atendido, acordo entre o município, o
88 estado e o INSS, para criação do centro de reabilitação no bairro Padre Eustáquio, que
89 seria referência no estado. Convocação da II Conferência Municipal de Saúde do
90 Trabalhador, efetivação do CERSAT Centro-Sul; Criação da Comissão Municipal de
91 Saúde do Trabalhador. Diz que foi discutida uma nova lista de prioridades que exclui a
92 convocação da II Conferência, por entenderem que a partir da criação da Comissão
93 Municipal de Saúde do Trabalhador é que esta Comissão deverá propor a realização da
94 Conferência. Fala da proposta de composição da Comissão Municipal de Saúde do
95 Trabalhador que será submetida ao plenário do Conselho. Carminha, informa sobre
96 entrevista que deu à Rede Globo onde cobrou a implantação do CERSAT Centro-Sul. A
97 seguir, passa a palavra à Dr.^a Luana, da Coordenadoria de Saúde do Trabalhador da
98 Secretaria Municipal de Saúde, que expõe sobre o trabalho que a Secretaria vem
99 desenvolvendo nesta área. Diz que o trabalho é feito em três vertentes: assistência a
100 saúde dos trabalhadores; ações de vigilância à saúde; reabilitação tanto dos acidentados
101 do trabalho, quanto dos portadores de doenças profissionais. Fala que a assistência ao
102 portador de doença do trabalho é feita no CERSAT Barreiro e em uma referência
103 existente no PAM Padre Eustáquio. Já o acidentado do trabalho é atendido nos locais
104 que atendem urgências, hospitais e unidades 24 horas. Diz que as ações de vigilância
105 que visam a prevenção de acidentes e doenças do trabalho, começaram a ser executadas
106 no ano passado e 120 empresas estão sob a vigilância que é feita pelos técnicos do
107 CERSAT Barreiro e da coordenação. Sobre a reabilitação, fala da grande demanda
108 existente devido ao aumento dos casos de LER, que coincide com o fechamento de um
109 serviço, o GMA (Grupamento Médico Assistencial), que era do extinto INAMPS, foi
110 incorporado ao SUS e posteriormente fechado, restando a oferta de serviços
111 conveniados que são de qualidade considerada muito ruim. Reafirma a importância do
112 acordo para criação do centro de reabilitação no Padre Eustáquio, mas enfatiza que a
113 principal prioridade é a implantação do Centro de referência (CERSART) Centro-Sul,
114 cuja obra está sendo realizada pela prefeitura. Fala da necessidade de recursos humanos
115 para implantação deste serviço e efetivação do serviço já existente no Barreiro, que seria
116 de oito médicos, dois médicos acupunturistas, quatro terapeutas ocupacionais, um
117 fonoaudiólogo, dois psicólogos, um fisioterapeuta e dois enfermeiros. Informa que a
118 solicitação já foi encaminhada ao setor de recursos humanos, no sentido de otimizar o
119 CERSAT Barreiro e implantar o do Centro-Sul. Carminha, coloca que buscou
120 informações sobre a demora na conclusão das obras do CERSAT Centro-Sul e obteve a
121 informação de que tudo está licitado, aguardando o início da obra. Agradece
122 publicamente a colaboração dos técnicos da Secretaria, aos membros da Comissão. Fala
123 da proposta de Resolução do Conselho sobre o assunto que é distribuída aos
124 conselheiros e colocada em discussão, após sua leitura pela Secretária Geral. Aberta a
125 palavra ao plenário, a conselheira Rosalina, fala que foi informada de que enormes filas

126 estão sendo formadas no dia da marcação de fisioterapia no PAM Sagrada Família e
127 pergunta se essas filas têm alguma relação com os problemas na assistência à Saúde do
128 Trabalhador. Propõe que seja suprimida da Resolução a proposta de que os conselheiros
129 que comporão a Comissão Municipal de Saúde do Trabalhador, sejam exclusivamente
130 representantes de Trabalhadores. A participante, Cleide, questiona que não houve
131 proposta de assistência à saúde mental do trabalhador, assim como assistência a
132 problemas de audição e pergunta como essas questões poderiam ser contempladas. A
133 conselheira Inês, fala que, na sua opinião, o grande problema em relação à saúde do
134 trabalhador é o diagnóstico e cita os especialistas em otorrino e ortopedia, para os quais
135 não se consegue marcar uma consulta. Propõe que se discuta a solução para essas
136 dificuldades. O conselheiro Maurício, fala que mesmo que se consiga tudo o que está
137 sendo proposto ainda será insuficiente pelo crescente aumento da demanda devido às
138 condições de trabalho e a não existência de adequada vigilância nos ambientes de
139 trabalho. Cita dados que comprovam a gravidade da questão da saúde do trabalhador no
140 país. A diretora de planejamento e regulação da Secretaria, Dr.^a Carmem Lúcia,
141 esclarece sobre as filas no PAM Sagrada Família, dizendo que o fechamento do GMA
142 que era referência do estado e também o fechamento do serviço de fisioterapia do
143 Hospital da Baleia, fez com que o PAM Sagrada Família ficasse como único serviço de
144 fisioterapia aberto à toda a população, já que nos outros PAMs só são atendidos os casos
145 encaminhados internamente ou seja, por ortopedistas destes PAMs. Coloca que foi
146 definido pela Secretaria que a partir do próximo mês, as cotas de atendimento à
147 fisioterapia serão distribuídas entre os quatro PAMs (Sagrada Família, Campos Sales,
148 Padre Eustáquio e Saudade), visando minimizar a situação, mas acrescenta que isso não
149 vai resolver porque existe uma epidemia de LER na cidade e a demanda é muito grande,
150 enquanto os serviços conveniados são de qualidade muito ruim. Fala que há um edital
151 de compra de serviços e espera-se que com novas contratações de clínicas seja possível
152 comprar serviços de melhor qualidade. Luana, esclarece que no CERSAT é feito o
153 diagnóstico de saúde mental e audição, mas nestes casos o tratamento tem que ser feito
154 em outras unidades do SUS. Acrescenta com relação à saúde mental, que é por isso
155 que estão solicitando a presença de psicólogos nos CERSATs. O Secretário Municipal
156 de Saúde e presidente do Conselho, Dr. Athos de Carvalho, fala que quanto à criação do
157 Centro de reabilitação, esteve em contato com o Secretário Estadual de Saúde, Dr.
158 Rafael Guerra, que prometeu fazer entendimentos com a previdência social para
159 negociar não apenas cessão do imóvel no Padre Eustáquio, mas uma maior participação
160 daquela instituição no empreendimento. Sobre o CERSAT Centro-Sul, confirma que a
161 licitação foi feita ainda na administração anterior e a empreiteira vencedora não quis
162 iniciar a obra por ser final de governo. Diz que a Secretaria espera realizar a obra com a
163 empreiteira vencedora ou outra, mesmo que seja necessário nova licitação. Informa que
164 CERSAT ficou fora da suspensão das obras determinada pela JUCOF (Junta de
165 Coordenação Orçamentária e Financeira) e por ser uma obra relativamente barata, o
166 Fundo Municipal de Saúde poderia pagá-la. Em relação aos recursos humanos, diz que
167 alguns que seriam contratados para o Centro-Sul, já estariam contratados e atuando em

168 outras unidades. Luana, complementa esta informação. O conselheiro João Athayde,
169 analisa a questão da saúde do trabalhador sob a ótica do modelo econômico e de
170 produção que, na sua opinião, provocam as transformações que vêm contribuindo para
171 aumentar a incidência de doenças profissionais. Coloca que a questão da LER tem
172 gerado muitas ações trabalhistas e critica o governo que, na sua opinião, ao propor a
173 flexibilização das leis trabalhistas está na realidade tentando desresponsabilizar-se
174 reduzindo o custo com estas ações. A participante Dirce, propõe modificar a Resolução
175 suprimindo a proposta de que os Conselhos Estaduais de Saúde e Previdência discutam
176 a questão do Centro de reabilitação porque, segundo ela, estes Conselhos já debateram
177 exaustivamente o tema e não deliberaram por entenderem que a questão esta afeta ao
178 município. Defende gestões do Secretário Municipal de Saúde junto ao Secretário
179 Estadual e ao Superintendente do INSS, no sentido de criar o centro de referência em
180 reabilitação no Padre Eustáquio. Coloca que esse acordo foi feito em Juiz de Fora com o
181 Centro funcionando em área do INSS, gerenciado pelo município e recursos humanos
182 cedidos pelo estado e INSS. Diz não haver razões para rediscutir a questão, que a seu
183 ver precisa ser operacionalizada desde que haja vontade política. O conselheiro Antônio
184 Francisco, fala sobre a prevenção à saúde do trabalhador e questiona que mudanças vêm
185 sendo feitas na saúde, que estão vindo em prejuízo dos trabalhadores por piorarem as
186 condições de trabalho. Pergunta o que a prefeitura está fazendo para evitar que seus
187 próprios funcionários necessitem recorrer ao atendimento nos CERSATs. A conselheira
188 Geralda Margarida, fala de doenças que estão aparecendo e retornando, na sua opinião,
189 em conseqüência da atual situação política e econômica do país. Defende que a questão
190 da saúde do trabalhador deve ser vista em toda sua complexidade e propõe que os
191 CERSATs cumpram um papel mais amplo, indo além da parte Assistencial. A
192 conselheira Warlene, reafirma a questão da prevenção e fala que na maioria das
193 empresas, os trabalhadores são submetidos aos exames periódicos o que não ocorre com
194 os da prefeitura. Fala que os auxiliares sanitários do setor de zoonoses têm questionado
195 o fato de estarem expostos a riscos e não fazerem exames periódicos. Pergunta se existe
196 alguma proposta de resolver essa questão. O conselheiro Eduardo, defende a aprovação
197 da Resolução e acrescenta que, na sua opinião, as entidades sindicais deveriam ser
198 envolvidas na questão para que de forma concreta se tornem suficientes as medidas
199 propostas. Maria de Lourdes, do Conselho Distrital Norte, reitera a necessidade de ser
200 discutida a saúde dos trabalhadores da saúde e fala que no item 5 da Resolução, que
201 trata da participação das entidades sindicais, deve ser pensada uma forma de
202 intervenção que faça com que as empresas deixem de produzir doença para os
203 trabalhadores. Propõe que, como ocorre com o meio ambiente, seja feita uma campanha
204 pelo Conselho Municipal de Saúde com as entidades e centrais sindicais, denunciando
205 publicamente as empresas que mais provocam doenças no trabalhador, divulgando em
206 Out-door com os dizeres “ Estas são as empresas que matam os trabalhadores no dia a
207 dia”. Respondendo as questões colocadas, Luana, esclarece que o órgão ao qual
208 compete a assistência e prevenção à saúde dos trabalhadores da Prefeitura é o
209 Departamento de Medicina e Segurança do Trabalho, da Secretaria Municipal de

210 Administração. Sobre a vigilância, reitera o que havia informado a respeito,
211 acrescentando que o serviço vem sendo executado dentro das limitações impostas pela
212 falta de recursos humanos. Sobre o papel do CERSAT, diz que o Conselho de usuários
213 já formado, terá entre suas atribuições, a de discutir esse papel. Carminha, fala da
214 proposta de que o CERSAT assumira o papel de gerenciador, fiscalizador e social e diz
215 que essa proposta será encaminhada à Coordenadoria de Saúde do Trabalhador da
216 Secretaria, assim como, a de incorporar a saúde mental. Sobre o que se refere à saúde do
217 trabalhador da saúde, propõe que se acrescente um 6º item à Resolução contemplando a
218 questão. Fala que dois itens foram questionados na proposta de Resolução e deverão ser
219 destacados: supressão da frase que assegura os representantes dos trabalhadores como
220 membros da Comissão. A secretária geral, considera pertinente a proposta de supressão
221 e pergunta a conselheira Sulimar, se concorda. Sulimar, concorda com a supressão e
222 propõe modificar a composição da Comissão incluindo seis representantes do Conselho
223 Municipal de Saúde ao invés de quatro. Maria de Lourdes, propõe que sejam mantidos
224 quatro representantes do Conselho. Sulimar, mantém que sejam seis. A conselheira Inês,
225 questiona o fato de a Comissão proposta não contar com representantes de entidades
226 patronais. O conselheiro Antônio Francisco, propõe manter quatro conselheiros, sendo
227 dois representantes de usuários e dois de trabalhadores. Mantidas as propostas,
228 Carminha coloca em votação considerando como proposta 1, que serão quatro os
229 representantes do Conselho e proposta 2 que serão seis. Feita a chamada nominal dos
230 conselheiros a proposta 1, obteve 09 (nove) votos, a proposta 2, também obteve 09
231 (nove) votos, havendo 02 (duas) abstenções. Tendo sido registrado empate na votação,
232 Carminha, propõe acordo para que sejam cinco os representantes do Conselho, aceito
233 pelas partes. A proposta é aprovada por aclamação. Em seguida, é aberta discussão
234 sobre a proposta de incluir representação patronal e Inês, esclarece que na, sua opinião,
235 os empregadores devem ser incluídos como convidados e não necessariamente como
236 membros da Comissão. Sulimar, informa os objetivos da Comissão, distinguindo-a da
237 Comissão Municipal de AIDS. A conselheira Rosalina, coloca que, no seu
238 entendimento, uma Comissão Municipal a ser criada pelo prefeito é uma Comissão
239 institucional e não poderia deixar de incluir todos os setores interessados na questão.
240 Carminha, diz que o que foi discutido dentro da atual Comissão é que a Comissão a ser
241 criada deverá ser municipal e criada pelo prefeito, mas tendo todas as suas decisões
242 submetidas ao Conselho Municipal de Saúde. Sobre a proposta de suprimir o item que
243 prevê encaminhar solicitação aos Conselhos Estaduais de Saúde e Previdência para que
244 discutam a criação do centro de reabilitação, Carminha, pondera e justifica sua
245 manutenção como mecanismo de pressionar as autoridades, o que é acatado pelo
246 plenário. As propostas de campanha para denunciar as empresas e de levar a discussão
247 aos Centros de Saúde, Carminha, considera que deverão ser encaminhadas para a
248 Comissão a ser criada no sentido de implementá-las. Todas as propostas lidas são
249 aprovadas por consenso, ficando, como primeiro ponto de pauta da próxima reunião, a
250 escolha dos representantes do Conselho Municipal de Saúde na Comissão. Carminha,
251 fala que o Dr. Athos, está apresentando proposta de inversão da pauta nos itens

252 restantes, discutindo-se o REFORSUS II, antes da eleição para gerentes. Havendo
253 posições contrárias, abre para defesas das propostas. Dr. Athos, defende a inversão,
254 informando que estão presentes à reunião, como convidadas, duas representantes da
255 Diretoria Metropolitana de Saúde que farão em rápidas palavras a exposição do projeto
256 REFORSUS II e para que as mesmas possam ser liberadas, propõe que pelo menos a
257 exposição seja feita no primeiro momento, ficando a deliberação do plenário para
258 depois. O conselheiro Eduardo, defende a manutenção da pauta na ordem inicial.
259 Carminha, coloca em votação considerando como proposta 1, manter a pauta inicial e
260 proposta 2, alterar a pauta. Feita a chamada nominal dos conselheiros, venceu a
261 proposta 2, por 13 (treze) votos, contra 03 (três) dados à proposta 1 e 02 (duas)
262 abstenções. Na seqüência, tendo vencido a proposta de inverter a pauta, é passada a
263 palavra à representante da Diretoria Metropolitana de Saúde, Elzira, que expõe sobre o
264 projeto REFORSUS II. Elzira, fala sobre o edital nº 5 do Ministério da Saúde, que dá
265 um prazo de 60 dias, mas as propostas terão que ser encaminhadas à Secretaria Estadual
266 até o dia 20/04. Explica que o REFORSUS II, visa o financiamento de projetos de
267 informatização e que com assessoria da PRODEMGE (Processamento de Dados de
268 Minas Gerais), a Diretora Metropolitana está elaborando um projeto que interliga as 36
269 cidades da região metropolitana. Diz que a base do projeto é no sentido de haver em
270 cada município um micro computador ligado a um computador central instalado na
271 Diretoria Metropolitana de Saúde, o que inicialmente já facilitaria ações conjuntas na
272 área de vigilância sanitária e epidemiológica. Acrescenta que também todos os
273 municípios seriam ligados à INTERNET, o que daria acesso às informações disponíveis
274 naquela rede e destaca como objeto de interesse de todos os municípios a facilitação do
275 acesso à Central de Leitos. Encerra, colocando que sua presença deve-se ao fato de ser
276 exigido que para inclusão no REFORSUS, os projetos passem pela aprovação dos
277 Conselhos. Perguntada sobre o valor do financiamento, esclarece que são R\$ 350 mil,
278 para o Estado de Minas Gerais que provavelmente apresentará dois projetos: um da
279 Secretaria Estadual de Saúde, interligando todas as diretorias regionais e o projeto da
280 Diretoria Metropolitana, que acaba de apresentar. Coloca seu entendimento de que só
281 um destes projetos receberá o financiamento. Aberta a palavra ao plenário, o
282 conselheiro João Athayde, pergunta qual o critério para distribuição do REFORSUS em
283 Minas e quanto ao valor, qual a participação de Minas em relação ao país. A conselheira
284 Inês, pergunta ao Dr. Athos, se a secretaria tem conhecimento dos dois projetos e quais
285 as vantagens de um e do outro. A conselheira Marta, pede esclarecimentos sobre se vai
286 ser criado um sistema de informação. O conselheiro Paulo César, pergunta se os R\$ 350
287 mil seriam usados no projeto e também se é um projeto de rede ou se seria apenas para
288 fazer uma ligação à INTERNET. Respondendo, Elzira, esclarece que não teve acesso ao
289 projeto da Secretaria Estadual de Saúde e o projeto da região metropolitana está sendo
290 feito na PRODEMGE, cujos técnicos consideraram o valor de R\$ 350 mil que consta no
291 edital razoável, mas acrescenta que não pode afirmar se o valor será de exatos R\$ 350
292 mil. A conselheira Marta, fala sobre o projeto da Diretoria Metropolitana de Saúde e diz
293 não entender qual o custo e o objetivo do mesmo, questiona se não seria só comprar

294 computador. A conselheira Simone, pergunta o que o Conselho irá votar, se não sabe
295 exatamente o que é o projeto. Elzira, esclarece que o projeto será entregue pela
296 PRODEMGE no dia 15/04 e o objetivo é formar uma rede de informação. Dr. Athos,
297 presta novos esclarecimentos, acrescentando que pela escassez dos recursos, seria
298 inviável cada município fazer um projeto, decidindo-se então propor um projeto único
299 para toda a região metropolitana, com a possibilidade de incluir todas as informações
300 que são importantes para a saúde. A conselheira Rosalina, coloca que na sua opinião, se
301 fosse somente para comprar computador seria desnecessário passar pela PRODEMGE
302 que é empresa especializada em fazer programas. O conselheiro João Athayde, fala que
303 está entendendo que a proposta atende o que vem sendo defendido no Conselho, que é a
304 discussão da saúde a nível metropolitano o que será facilitado com a informatização.
305 Acha o recurso insuficiente, mas defende a aprovação. Adriana, da Diretoria
306 Metropolitana de Saúde, fala que em principio o que se pretende é criar uma linguagem
307 comum entre os municípios da região metropolitana não se pretendendo criar um super
308 sistema mas dar um primeiro passo. Além disso, defende que é uma oportunidade que se
309 não for agarrada poderá representar o envio destes recursos para outro estado. A seguir,
310 havendo dúvidas sobre a aprovação por consenso, Carminha, faz a chamada nominal
311 dos conselheiros e o REFORSUS II é aprovado por unanimidade. O último ponto da
312 pauta: eleições diretas para gerentes de unidades de saúde, Carminha, coloca que a mesa
313 diretora reunida para discutir a pauta, entendeu que a discussão não deve ser sobre se
314 haverá ou não eleição para gerente, assunto deliberado pela V Conferência, ao qual não
315 cabe mais contestações. Passa a palavra à conselheira Warlene, coordenadora da
316 Câmara Técnica de Recursos Humanos e da comissão encarregada de encaminhar a
317 discussão do assunto que faz a leitura de relatório da Comissão e um breve histórico
318 sobre as discussões feitas e encaminhamentos dados. Informa que o prazo para
319 encaminhar propostas de critérios foi prorrogado até o dia 09/05. Aberta a palavra ao
320 plenário, o conselheiro Eduardo, fala dos motivos que o levaram a propor que essa
321 discussão fosse feita em plenário do Conselho. Coloca sua opinião de que ao Conselho
322 cabe acatar e implementar as deliberações da Conferência na velocidade ditada pela
323 realidade. Fala que conversou informalmente na Câmara de Vereadores sobre a questão
324 da legalidade das eleições e foi informado que não existe nenhum impedimento legal,
325 bastando que seja encaminhado um projeto de lei ordinária, que por ser matéria política
326 não precisa ser da iniciativa do executivo. Diz também que mesmo dentro da atual
327 legislação, a eleição poderia ser feita com o prefeito referendando o processo e
328 nomeando aqueles que fossem eleitos. Esclarece que a discussão que propõe, é no
329 sentido de que não se transforme essa questão em uma guerra e de que fique claro a
330 todos, que ao Conselho cabe encaminhar as eleições por ser deliberação da
331 Conferência. O conselheiro João Athayde, fala que o Conselho é composto por
332 representantes de diversos segmentos e existem interesses diferentes. Coloca que a
333 deliberação da Conferência foi política e o seu encaminhamento tem que ser dado
334 dentro de um processo que também é político. Defende que, do ponto de vista dos
335 usuários, a discussão seja feita buscando uma maior inserção deste segmento,

336 democratizando a participação. Critica tanto os que acham que as eleições têm que
337 ocorrer imediatamente quanto os que não querem que elas ocorram. Fala que o Gerus,
338 curso de formação dos gerentes, tem que ter valia porque foi um investimento que a
339 sociedade fez e acrescenta que não adianta apressar o processo que deve ser construído.
340 O conselheiro Rogério, fala que gostaria, como membro da Câmara Técnica de
341 Recursos Humanos, que as pessoas discutissem em cada local de trabalho os critérios
342 que consideram mais justos para a eleição de gerentes. Coloca que o trabalho é difícil e
343 complexo e não poderá ser feito sem a colaboração de todos os envolvidos. A
344 conselheira Rosalina, fala que a discussão tem sido feita de forma, a seu ver, muito
345 apaixonada, o que leva a excessos e equívocos que considera graves. Cita exemplos de
346 colocações feitas em reuniões da Comissão que inclui entre as que, na sua opinião, são
347 equivocadas. Afirma que não defende eleições para gerentes mas entende que desde que
348 é deliberação da Conferência, o Conselho tem o dever de encaminhar. Diz esperar que
349 o plenário decida se o processo terá ou não continuidade. Coloca que vê em toda essa
350 discussão um aspecto positivo, que é o de estar politizando a discussão da saúde,
351 podendo contribuir para a politização daqueles que nas comunidades precisam ser
352 mobilizados para participar do movimento em defesa do SUS. A conselheira Carminha
353 Bomtempo, fala em nome da Central Única dos Trabalhadores e diz que não há decisão
354 de Congresso da CUT sobre essa questão, mas todos os cutista defendem a eleição e em
355 reunião da direção executiva da Central, da qual faz parte, foi decidido que a CUT
356 defende eleições diretas para gerentes em todas as unidades de saúde. Fala que, na sua
357 opinião, quando se elege o prefeito, todo o secretariado deveria já ser conhecido para
358 que a população votasse para prefeito elegendo também os secretários. Acrescenta que a
359 CUT inclusive, definiu propostas de critérios que serão encaminhadas à Comissão.
360 Reafirma que pessoalmente, defenderia eleições em todos os níveis da administração e
361 fala que a eleição é um processo difícil como a própria democracia, que vai se
362 aperfeiçoando à medida em que se exercita. Diz que discorda da conselheira Rosalina e
363 entende que não se deve deliberar se vai ou não haver eleições e propõe que seja
364 deliberado que a Comissão não deverá adiar mais o prazo para encaminhamento de
365 propostas e os critérios a serem discutidos serão os que chegarem até o dia 09/05,
366 improrrogavelmente. A conselheira Inês, reafirma a questão da V Conferência. Comenta
367 a afirmação de que as discussões estão apaixonadas e diz que quando se discute dessa
368 forma corre-se o risco de atingir o Controle Social. Fala do documento produzido pelos
369 gerentes e acrescenta que não se pode admitir que o encaminhamento de deliberações da
370 Conferência seja tratado como oportunismo ou casuísmo e apela aos gerentes no sentido
371 de que tirem a paixão das discussões e ajudem no encaminhamento. Propõe que já tendo
372 se esgotado o prazo de 12 meses estabelecido na V Conferência para que o Conselho
373 encaminhasse as eleições, o plenário prorogue este prazo dando mais três meses para
374 que a Comissão conclua os trabalhos e a Câmara Técnica de Recursos Humanos traga
375 para deliberação final do Conselho as propostas de critérios. Maria de Lourdes, fala que
376 a eleição de gerentes já está se dando na medida em que está ocorrendo a discussão e as
377 pessoas devem estar atentas para o fato de que o processo já vem demonstrando quem é

378 quem. Coloca que a eleição é uma questão concreta e sua única preocupação é de como
379 o processo vai se dar porque, na sua opinião, a eleição por si só não garante democracia
380 e acha importante assegurar que o processo garanta a participação mas que também
381 garanta um gerenciamento eficaz das unidades de saúde. Propõe que o prazo não seja
382 encerrado em 09/05 e que seja cobrada a participação do governo, com a indicação do
383 outro representante na Comissão e discussão dentro da Secretaria. Defende também que
384 o prefeito seja procurado para que reafirme o compromisso de acatar o resultado das
385 eleições. A representante dos gerentes na Comissão, Maria Anísia, fala de sua
386 preocupação com a definição de prazo e defende que a questão seja discutida na
387 Comissão com calma. Questiona que a discussão esteja, na sua opinião, sendo feita
388 como se as eleições fossem só para gerentes de Centros de Saúde, o que não
389 corresponde à deliberação da Conferência e coloca que a discussão de critérios para
390 Policlínicas e outras unidades maiores é mais complicada e séria. O conselheiro José
391 Osvaldo, fala que todas as deliberações da V Conferência vêm sendo encaminhadas com
392 tranquilidade pelas diversas Câmaras Técnicas do Conselho, não vendo razão para
393 existirem obstáculos ao encaminhamento dessa questão das eleições. Coloca que a
394 Conferência Distrital do Barreiro discutiu e encaminhou propostas de critérios e sobre o
395 tempo, concorda com o prazo até o dia 09/05 para recebimento das propostas de
396 critérios e com a proposta da conselheira Inês sobre a data limite para decisão final do
397 plenário a respeito dos critérios. Comenta as eleições no Hospital Júlia Kubitschek, que
398 considera uma experiência importante e que deve ser levada em conta, inclusive
399 podendo o Conselho comunitário daquele hospital ser ouvido para relatar sobre essa
400 experiência. Acrescenta que, na sua opinião, não é difícil definir o colégio eleitoral nos
401 PAMs, que deve ser composto pelos moradores das regiões onde estes se situam. A
402 conselheira Geralda Margarida, fala de sua certeza de que o prefeito sendo de um
403 partido socialista vai querer sim as eleições, porque defende o Controle Social.
404 Acrescenta que o Conselho composto com representantes eleitos pela Sociedade, tem
405 que encaminhar as deliberações da Conferência sob pena de se desmoralizar e
406 desmoralizar o Controle Social. Fala que não se saberá se as eleições deram certo ou não
407 se elas não forem feitas. O conselheiro Alcides, diz que a questão é complicada mas tem
408 que ser encaminhada. Propõe que o Conselho promova um seminário ou outro evento,
409 onde seja tirada uma data. Considera que se em um ano não se chegou a nada,
410 determinar prazo de três meses pode significar atropelamento do processo. A
411 participante Cândida, defende que tem que haver mudança no processo, já que, segundo
412 diz, muitos gerentes têm encaminhado a discussão no sentido de que os
413 posicionamentos sejam a favor ou contra as eleições. Fala que deve partir da Secretaria,
414 orientação no sentido do encaminhamento correto da questão ou seja, a discussão de
415 critérios. Diz que nas comunidades da região nordeste onde os gerentes fizeram a
416 discussão com as Comissões Locais, foi no sentido de manipular a população e levar
417 apenas a posição do grupo gerencial. A conselheira Rosalina, levanta questão de
418 esclarecimento e fala que sua proposta não foi no sentido de que o Conselho delibere se
419 haverá ou não eleição e sim sobre mudança de rumo no processo, se a Comissão está

420 encaminhando as eleições corretamente ou não. A conselheira Simone, diz que observou
421 a forma como foi aflorado o interesse corporativo na questão e possivelmente querendo
422 fugir ao Controle Social. Propõe que seja encaminhada a discussão de qual é o papel do
423 gerente, que no seu entendimento, deveria preceder a discussão de critérios que também
424 é fundamental. Acrescenta que o gerente, deve exercer o papel de fomentador do
425 Controle Social e que se em São Paulo o sistema foi desmontado, é porque não houve
426 continuidade. Diz que em algum momento tem que ser discutido o papel político do
427 gerente. Carminha, faz a leitura das propostas apresentadas que foram as seguintes: 1 -
428 que não haja mais adiamento da data para recebimento de propostas de critérios; 2 - que
429 o prazo para que a Câmara Técnica de Recursos Humanos encaminhe ao plenário do
430 Conselho se prorrogue por três meses. (Carminha, propõe a reunião do mês de Junho); 3
431 - cobrar da Secretaria Municipal de Saúde a indicação de seu representante na
432 Comissão; 4 - realizar seminário para definir prazo; 5 - convocar a secretaria e o grupo
433 gerencial a mudar o rumo das discussões nas comunidades; 6 - discutir o papel do
434 gerente. Carminha, coloca que são duas as propostas conflitantes. A nº 1 com a nº 4 e a
435 nº 2 com a de este prazo ser até Junho. O conselheiro Alcides, retira sua proposta de
436 seminário (proposta 4) ficando, portanto, aprovado que o prazo até 09/05 é
437 improrrogável. Na questão da apresentação dos critérios ao plenário, por acordo dos
438 proponentes o prazo ficou prorrogado para Julho, definindo-se que a Câmara Técnica de
439 Recursos Humanos apresentará na reunião do Conselho Municipal de Saúde do mês de
440 Julho/97. A seguir, Carminha, propõe que os próprios conselheiros que irão a Brasília
441 no dia 17/04 escolham os quatro representantes do Conselho Municipal de Saúde na
442 plenária nacional a ser realizada nesta data. Na seqüência, após breve discussão sobre a
443 participação dos Conselhos Distritais nas reuniões ordinárias do Conselho Municipal de
444 Saúde, ficou estabelecido que estes serão convocados na seguinte ordem: Barreiro,
445 Pampulha, Norte, Leste, Noroeste, Venda Nova, Centro-Sul, Nordeste e Oeste. Os dois
446 últimos serão convocados em dezembro. Às 19:00 horas, nada mais havendo a tratar, foi
447 encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será
448 assinada pelo Presidente do Conselho e pela Secretária Geral.

449
450

451 Belo Horizonte, 10 de Abril de 1997.

452 RFF/vld

453